

## DESCOLONIZAR O DESENVOLVIMENTO

**DOURADO, Nathan Pereira**

Doutorando em Geografia - POSGEO/UFBA

Bolsista CAPES

npdourado@hotmail.com

### INTRODUÇÃO

O desenvolvimento é um conceito que passou a ser empregado oficialmente nos discursos e práticas políticas, após a Segunda Guerra Mundial, com o colapso dos poderes coloniais e o desencanto com o conceito de “progresso” – seu antecessor. O conceito surgiu a partir da motivação política dos países ricos e industrializados – do Norte – liderados pelos Estados Unidos, em intervir para elevar os níveis de desenvolvimento dos países periféricos e “atrasados” - do Sul - e impor uma nova ordem mundial e um novo ciclo de acumulação do capital.

Correntemente o conceito de desenvolvimento é visto como algo benéfico, entendido como um processo inexorável para passar de uma dada situação para outra melhor. Por isso, está presente nos discursos e nas práticas políticas como um poderoso mobilizador, visto que, “ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa” (ESTEVA, 2000 p. 61), estando sempre associado às melhores intenções e a uma condição desejada (SACHS, 2000). Deste modo, configura-se como uma noção quase que incontestável ao senso comum – como uma meta universal a ser perseguida.

Por outro lado, podemos supor que as políticas e práticas de desenvolvimento, em vez de constituir-se como solução para os problemas da sociedade, têm sido parte do problema. O padrão de desenvolvimento capitalista, em curso no mundo desde o pós-guerra, ao mesmo tempo que alcançou expressivos níveis de crescimento econômico e avanços científicos e tecnológicos impressionantes, manteve níveis crescentes de pobreza e fome, agravamento da desigualdade na distribuição de riqueza e poder, aumento do desemprego, erosão da diversidade cultural, degradação irreversível dos recursos naturais, ameaças permanentes à saúde humana e incontáveis conflitos sociais. A imbricação entre o



desenvolvimento e a lógica destrutiva do sistema capitalista moderno-colonial é uma situação-problema que requer atenção.

Procuramos, com este trabalho, analisar a criticamente a ideologia do desenvolvimento, bem como desnaturalizar o seu ideário e o seu caráter supostamente universal, para tanto fazemos uso teoria decolonial e do pós-desenvolvimento, e propomos o Bem Viver como alternativa ao desenvolvimento.

### **A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO**

A partir da perspectiva adotada, considera-se o desenvolvimento como um construto histórico e socialmente criado a partir da visão dominante de mundo eurocêntrica, como uma estratégia de expansão do capitalismo moderno-colonial consolidado por meio do poder da sua ideologia (ESCOBAR, 2007; SACHS, 2000; ESTEVA, 2000)

A ideologia do desenvolvimento - instrumento a serviço da expansão da acumulação capitalista - legitima o seu poder através da elaboração de discursos que se auto constituem em verdades inquestionáveis (ESCOBAR, 2007; RIST, 2002). Para Mészáros (1996), a ideologia é, em geral, considerada o principal obstáculo da consciência para a autonomia e a emancipação. Nesse sentido, Latouche (2010, p. 221) afirma que o uso do termo desenvolvimento: “preenche perfeitamente a missão que Marx atribui à ideologia: mascarar os interesses do capital por trás da ilusão de um interesse geral, paralisando assim a resistência das vítimas”.

Em consonância com esse entendimento, podemos inferir que a ideologia do desenvolvimento é uma expressão da colonialidade do poder (GROSGOUEL, 2010; QUIJANO, 2010; MIGNOLO, 2019).

O poder da ideologia dominante é indubitavelmente imenso, mas isso não ocorre simplesmente em função da força material esmagadora e do correspondente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes. Tal poder ideológico só pode prevalecer graças à vantagem da mistificação, por meio da qual as pessoas que sofrem as consequências da ordem estabelecida podem ser induzidas a endossar, consensualmente, valores e políticas práticas que são de fato absolutamente contrários aos seus interesses vitais (MÉSZÁROS, 1996, p. 26).



Para Sachs (2000, p. 12) “o desenvolvimento é muito mais que um simples empreendimento socioeconômico; é uma percepção que molda a realidade, um mito que conforta sociedades, uma fantasia que desencadeia paixões”. O desenvolvimento propõe que todos os povos caminhem numa mesma direção, em um processo linear e colonizador, de presunção universalista, cujo modelo a ser seguido é o das nações que “correm à frente”, fundadas na matriz de racionalidade moderno-colonial eurocêntrica, antropocêntrica, patriarcal e racista (ESCOBAR, 2007; GROSGOUEL, 2010; QUIJANO, 2012). Com base em Porto-Gonçalves (2006, p. 64): “a colonização do pensamento nos fez crer que há povos atrasados e adiantados, como se houvesse um relógio que servisse de parâmetro universal”. Assim sustenta-se e naturaliza-se a premissa de superioridade de grupos “desenvolvidos” sobre outros “subdesenvolvidos” e legitima-se as formas de expansão, dominação, imposição de modelos e processos espoliativos, por parte dos países ricos, sob o pressuposto de “ajuda aos necessitados”.

Desde o seu surgimento, o desenvolvimento tem sido utilizado para alcançar a “ocidentalização do mundo” (SACHS, 2000, p. 15), invisibilizando, a riqueza presente na diversidade de experiências no mundo. Desta maneira, os discursos e práticas desenvolvimentistas desqualificam e deslegitimam outras formas de compreender e reproduzir a existência, divergentes da concepção dominante. Como consequência, o desenvolvimento tem aprofundado a “economização” – colonização da vida pela economia –, “tanto na consolidação de uma linguagem, a econômica, que busca abarcar todos os discursos sobre a realidade, bem como na forma em que se mercantilizam cada vez mais todos os âmbitos das relações humanas” (GÓMEZ, 2006, p. 123). Segundo Esteva (2000), as estratégias desenvolvimentistas, vinculadas à economia e ao mercado, transformaram homens comuns e criativos em *homo economicus* (homem econômico).

Illich (2010, p. 165) visualiza o desenvolvimento como um “processo através do qual as pessoas são retiradas de suas bases culturais tradicionais”. Porto-Gonçalves (2006, p. 81) corrobora com este entendimento ao afirmar:

Assim, desenvolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada



povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza.

Teóricos do pós-desenvolvimento propõem desconstruir e romper com o discurso do desenvolvimento - que se coloca como único caminho possível - para visibilizar outros caminhos que estão sendo trilhados, dando centralidade ao território, à cultura e à natureza (ESCOBAR, 2007; ESTEVA, 2010). Romper com o desenvolvimento é, portanto, assumir a existência de outras racionalidades e visões de mundo, espalhadas por diversas experiências de vida ao redor do mundo, distintas do padrão capitalista moderno-colonial. Para Gudynas e Acosta (2011) o Bem Viver representa um projeto político para “ver o mundo” de outra maneira e construir alternativas ao desenvolvimento e, portanto, a sua prática expressa uma das respostas possíveis às críticas substanciais do pós-desenvolvimento.

#### **GIRO DECOLONIAL E A OPÇÃO PELO BEM VIVER**

Acreditamos que a produção de um pensamento alternativo ao desenvolvimento passa pelas propostas de “epistemologias do sul” (SANTOS, MENEZES, 2010) e “epistemologias fronteiriças /pensamento liminar” (MIGNOLO, 2019), ao reconhecerem e afirmarem outras matrizes de racionalidade e novas formas de compreensão da vida, da natureza e da sociedade, com saberes e práticas contra hegemônicos. A partir de novos lugares de enunciação, do olhar da periferia do sistema mundo moderno-colonial, sociedades “subdesenvolvidas” e grupos historicamente subalternizados manifestam um profundo descontentamento com o discurso desenvolvimentista hegemônico e a pretensa superioridade/universalidade da colonialidade do saber.

Dessa forma, frente aos atuais desafios que a humanidade enfrenta, através do giro decolonial, busca-se abrir espaço para respostas criativas fora do paradigma da modernidade/colonialidade. Para isso é necessário descolonizar o pensamento/ação e desvelar os vastos e complexos sistemas de concepção de mundo até então obscurecidos pelas narrativas desenvolvimentistas dominantes. “Trata-se da reivindicação da diversidade cultural e da diversidade de formas de produzir e de entender a produção, que existem hoje por todo o



mundo” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 55). Nesse sentido, Gudynas (2011) aponta para o Bem Viver.

O Bem Viver implica em mudanças profundas nas concepções de desenvolvimento, que vão além de meras correções ou ajustes. Não é suficiente buscar “desenvolvimentos alternativos”, uma vez que estes se mantêm dentro da mesma lógica para compreender o progresso, o uso da natureza e as relações entre os seres humanos. Em vez de se discutir “alternativas de desenvolvimento” se deveria construir “alternativas ao desenvolvimento” (GUDYNAS, 2011, p. 3).

Na perspectiva de construir uma nova materialidade social, saindo do viés da discussão puramente acadêmica, o Bem Viver pode situar-se como caminho possível para superação do desenvolvimento, trazendo para a subjetividade humana novas formas de pensar o mundo em contraposição à hegemonia do capital e da modernidade/colonialidade (QUIJANO, 2012).

A noção de Bem Viver emerge a partir da visão de mundo dos povos tradicionais, especialmente os andinos, historicamente marginalizados pelo processo de desenvolvimento capitalista, os quais, deixados para trás na lógica linear e unidirecional do desenvolvimento, resistem e empreendem a experiência de reproduzir a vida fora da racionalidade dominante, manifestando um posicionamento crítico e pluralista.

De acordo com Gudynas e Acosta (2011), o Bem Viver pode ser entendido como uma plataforma política de encontro de diferentes maneiras de entender o mundo e o nosso papel nele, a partir de uma perspectiva decolonial, contrariando a linearidade e universalidade do desenvolvimento e da modernidade/colonialidade. Devido ao seu caráter relativista, não existe uma proposta totalmente elaborada, nem uma visão única de Bem Viver, isso nos obriga a falar em “bons conviveres”.

Se o desenvolvimento trata de ocidentalizar a vida no planeta, o Bem Viver resgata as diversidades, valoriza e respeita as diferenças[...] O Bem Viver é eminentemente subversivo. Propõe saídas descolonizadoras em todos os âmbitos da vida humana. Não é um simples conceito, é uma vivência (ACOSTA, 2016, p. 82).

Segundo Quijano (2012) e Acosta (2016), para se concretizar em nível global, o Bem Viver exige outra economia, a serviço da dignidade humana e não do desenvolvimento; isso implica novos padrões de produção, de sociabilidade, de consumo e de distribuição da



riqueza. De acordo com Acosta (2016, p.38): “A proposta do Bem Viver, desde que assumida ativamente pela sociedade, pode projetar-se com força nos debates mundiais”. Porém, certamente, o Bem Viver por si só não será suficiente para superar, e tampouco engendrar mudanças profundas, dentro do capitalismo – um sistema que é, em essência, promotor de desigualdades e devastação da natureza. Mas isso, “[...] não implica que primeiro se deva sair do capitalismo para só então impulsioná-lo” (ACOSTA, 2016, p. 73). Trata-se das lutas que seguem sendo feitas dentro e a partir das possibilidades reais dadas, por isso, síntese das contradições. Nesse sentido, os conhecimentos dos povos em movimento, das comunidades em resistência e de muitos movimentos sociais estão na dianteira do pensamento para as transições e ganham uma relevância incomum para a reconstrução de mundos diante da atual crise civilizatória.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. 257 p.
- ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2007.
- ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000 p. 59-83.
- GROSGOQUEL R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- GUDYNAS, E. Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo. **América Latina em Movimiento**, ALAI, n.462: 1- 20. Quito, 2011.
- GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Utopía y Praxis Latinoamericana**. Ano 16. Nº 53 p. 71 – 83. 2011.
- LATOCHE, S.. Existira uma vida após o desenvolvimento? **Estudos de Sociologia**, Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 16, n. 2, p. 217 – 230, 2010.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Ensaio, 1996.
- MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. 1ª ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2019.
- PORTO-GONÇALVES, C.W. **De Saberes e de Territórios - diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. Niterói: 2006.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010
- \_\_\_\_\_. Bien vivir”: entre el “desarrollo y la des/colonialidad del poder. **Viento Sur**, n. 11/ Madrid, mayo 2012.
- RIST, G. **The History of Development. From Western Origins to Global Faith**. 3rd. Edition. Zed Books. London, 2008
- SACHS, W. Introdução. In: SACHS, W (ed.) **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 11-17.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São. Paulo; Editora Cortez. 2010. 637p.

